

Entrevista

**CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
(BETO PRETO)**

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE



Médico, formado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), e especialista em Medicina Nuclear pelo Instituto Rio Preto de Medicina Nuclear, é pós-graduado em Medicina do Trabalho pela Universidade São Camilo; em Medicina de Trânsito pela Universidade de São Paulo (USP); e em Medicina Legal e Perícias Médicas pela Santa Casa de São Paulo. Elegeu-se prefeito de Apucarana, em 2016, cidade na qual foi secretário da Saúde, de 1998 a 2000, tendo sido também secretário da saúde na cidade de Califórnia, de 2001 a 2002. Foi presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Paraná (Cosems) de 2000 a 2002; diretor institucional do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems) de 2001 a 2002; e membro do Conselho Nacional de Saúde, de 2001 a 2002. Foi vice-presidente para a Saúde Pública na Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), vice-presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP) e presidente da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (Amuvi).

Como o senhor avalia a importância da Revista de Saúde Pública do Paraná em relação à educação permanente?

A revista cumpre um papel importantíssimo ao tratar de temas técnicos e manter o papel de destaque que o Paraná desempenha nesse assunto há vários anos. Em primeiro lugar, quero deixar claro que a educação permanente para o trabalhador e para o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma necessidade. Se nós queremos consolidar o sistema, mantê-lo ativo, mantê-lo aberto para o futuro, é necessário que haja mobilização social e, principalmente, um trabalho perene de continuidade da educação em saúde, assim como do debate em saúde pública e saúde coletiva.

Quero ressaltar o papel que a Escola de Saúde do Paraná (ESPP) vem consolidando ao longo do tempo, não somente como escola, mas o trabalho também desenvolvido pelo Centro Formador de Recursos Humanos e por todas as escolas do setor dedicadas a formar pessoas, discutindo assuntos, elencando prioridades e divulgando o conhecimento científico produzido nos serviços de saúde.

Precisamos manter essa vanguarda e ampliar esse trabalho, fomentando o que for necessário para incrementar tanto a produção de conhecimento como sua divulgação. O perfil da população está passando por grandes mudanças, o envelhecimento já é uma realidade e, com ele, vêm novas patologias. As doenças da idade vão ampliar seu espectro e sua frequência. E cabe a nós manter a estratégia da capacitação permanente de saúde e criar novas expectativas. Nós temos isso dentro da nossa lógica deste governo.

Em sua gestão, quais serão os pontos de destaque nos projetos estruturantes?

Do ponto de vista dos projetos estruturantes, temos diversos projetos, mas o mais importante é levar a saúde para mais perto das pessoas. Queremos terminar obras inacabadas, colocar para funcionar hospitais que infelizmente não foram planejados.

Temos que terminar essas obras e, mais importante, equipar, colocar o enxoval e fazer funcionar como hospitais.

Nesse sentido, vem aí uma ação muito forte, por iniciativa do Estado, junto com os Consórcios de Saúde, no sentido de fazer com que as especialidades de média complexidade possam chegar ao cidadão por meio deles nas microrregiões, com a atuação das Regionais de Saúde e Consórcios Intermunicipais. Onde não existem consórcios, queremos fomentar; onde existem poucos, queremos ampliar, como é o caso da Região Metropolitana. Vamos fazer acontecer e oferecer serviços especializados em todo o âmbito do Estado do Paraná.

Existem especialidades mais difíceis de atrair especialistas e existem outras que podemos até ampliar a oferta, como é o caso da pediatria. Verificamos que cada vez mais aumenta a dificuldade de manter a presença do pediatra nos municípios muito pequenos; mas podemos ampliar a oferta regional nessa área. Há muita gente, principalmente no campo, para quem queremos levar mais igualdade no atendimento, diminuindo as distâncias e as viagens que são obrigadas a fazer.

"Quero ressaltar o papel que a Escola de Saúde do Paraná (ESPP) vem consolidando ao longo do tempo, não somente como escola, mas o trabalho também desenvolvido pelo Centro Formador de Recursos Humanos e por todas as escolas do setor dedicadas a formar pessoas, discutindo assuntos, elencando prioridades e divulgando o conhecimento científico produzido nos serviços de saúde."

Quais são suas propostas para esses próximos quatro anos especialmente sobre a Educação Permanente em Saúde?

Temos que insistir nas residências médicas e nas residências multiprofissionais em saúde, na capacitação e atualização com foco em algumas questões, como, por exemplo, o envelhecimento, a questão materno-infantil e a questão da pediatria. Temos que fomentar também maior participação da saúde bucal no âmbito da prevenção e fazer com que exista uma transversalidade na área multiprofissional em saúde, trazendo também este grupo para dentro da formação continuada.

Auditoria em saúde é outro assunto que queremos ampliar. Gestão de Saúde para as equipes dos municípios, desde os grandes até os de pequeno porte. E há uma série de dificuldades que enfrentamos todos os dias, como é o caso dos medicamentos judicializados, que demandam um gasto exorbitante. Para este ano, temos a previsão de passar dos R\$ 207 milhões de gastos em 2018 para cerca de R\$ 300 milhões até o final deste ano.

Sobre a regionalização, o ponto forte dessa administração, o que o senhor considera importante destacar?

A regionalização da saúde é importante porque essa questão não foi resolvida pelo SUS. Se não pensarmos numa configuração do Sistema Único de Saúde como política realmente pública, ele acaba se restringindo aos grandes prestadores e à questão econômica. Esse é o papel que as Secretarias Estaduais de Saúde têm que assumir – o papel da organização da rede, do mediador, o papel do incentivo e do conciliador. É esse papel que queremos desempenhar.

A regionalização é um dos eixos estruturantes do Pacto de Gestão do SUS. A gestão compartilhada entre municípios, Estados e União, de forma coordenada, pretende diminuir as desigualdades regionais. Isso só é possível com uma rede integrada de serviços de saúde.

O conjunto de ações e serviços de saúde disponibilizados pelo SUS precisa chegar a todos, sem exceção. Isso está no centro dos debates que se travam no momento tanto pelos especialistas como pelo Governo do Paraná, que desde seu início, há apenas cinco meses, está debruçado sobre a questão e já tomou uma série de medidas visando alcançar este objetivo.